



MÊS INICIAL:
11/2022

MÊS FINAL:
22/11/2025

Considerando o que dispõe a LEI N° 12.695, DE 25 DE JULHO DE 2012 e a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 3, de 29 de abril 2020, a Prefeitura Municipal de ICÓ compromete-se a executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas - PAR, conforme condicionantes a seguir estabelecidas:

I - A(s) obra(s) acima discriminada(s) deverá(ão) ser executada(s) consoante as regras definidas na Resolução CD/FNDE nº 3/2020, cujas disposições fazem parte integrante deste Termo de Compromisso, bem como respeitando os prazos estabelecidos no documento em anexo;

II - Previamente à celebração deste Termo de Compromisso, o ente federativo compromete-se a observar o disposto no art. 10 da Resolução CD/FNDE nº 3/2020, o qual estabelece:

a) aplicação mínima de recursos na área da Educação, em atendimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, e no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) aplicação mínima de recursos na área da Saúde, em atendimento ao disposto no art. 198, § 2º, da Constituição Federal, nos arts. 6º e 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000;

c) a observância dos limites com despesa total de pessoal, nos termos do art. 169, § 2º, da Constituição de 1988, e do art. 25, § 1º, IV, c, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF;

d) o cumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social, nos termos do art. 167, inciso XIII, da Constituição de 1988;

e) a previsão de contrapartida na sua Lei Orçamentária.

III - A comprovação do exercício pleno dos poderes inherentes à propriedade do imóvel destinado à execução da(s) obra(s) acima discriminadas, mediante certidão emitida por cartório de registro de imóveis competente, é condição indispensável à celebração deste Termo de Compromisso, podendo alternativamente ser admitidos os documentos previstos no art. 23, § 2º e seguintes, da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016;

IV - Os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), deverão ser executados de acordo com os projetos fornecidos ou aprovados (desenhos técnicos, memoriais descritivos e especificações), observando os critérios de qualidade técnica que atendam às determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os prazos e os custos previstos neste Termo de Compromisso;

V - O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, com seu inicio estabelecido de acordo com o art. 13, § 4º da Resolução CD/FNDE nº 3/2020, corresponderá ao prazo de execução previsto por tipologia de obra, segundo os meses indicados na tabela em anexo e devidamente identificado no extrato de execução do PAR;

VI - O prazo de vigência deste Termo de Compromisso poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante proposta do ente federativo, devidamente formalizada e justificada no SIMEC, no prazo máximo de até sessenta dias antes do término de sua vigência;

VII - A prorrogação de ofício do prazo de vigência deste Termo de Compromisso será realizada antes do seu término, quando o FNDE der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

VIII - Os recursos serão transferidos em parcelas, de acordo com a execução da(s) obra(s), sendo a primeira no montante de até 15%, após inserção da ordem de início de serviço no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), módulo Obras 2.0;

IX - Para a transferência das demais parcelas, será necessário que a entidade solicite desembolso no SIMEC, módulo Obras 2.0, sendo que a transferência será realizada após a aferição da evolução física da(s) obra(s) e avanço de no mínimo 5%, comprovado mediante relatório de vistoria inserido no SIMEC, módulo Obras 2.0, e aprovado pela equipe técnica do FNDE;

X - No caso de reduzida disponibilidade financeira, os critérios utilizados para a liberação dos recursos deverão observar a ordem de prioridade prevista no art. 16, inciso III, da Resolução CD/FNDE nº 3/2020;

XI - O valor total deste Termo de Compromisso é de R\$ 631.896,87, participando o FNDE com R\$ 5.516.641,14 e o ente federado com R\$ 0,00, a título de contrapartida, conforme disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "d", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

XII - A contrapartida deverá ser depositada, pelo ente federado, na conta bancária específica deste Termo de Compromisso, durante a execução da(s) obra(s), de acordo com o correspondente cronograma de desembolso apresentado pelo gestor;

XIII - Os valores referidos acima serão aplicados, exclusivamente, no objeto ora firmado e não poderão ser utilizados para a execução de serviços não contemplados na planilha orçamentária pactuada;

XIV - Os recursos financeiros transferidos pelo FNDE e a contrapartida, deverão ser utilizados dentro do prazo de vigência deste Termo de Compromisso, devendo a movimentação dos recursos realizar-se, exclusivamente, por meio eletrônico, no qual seja devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou prestadores de serviços, beneficiários dos pagamentos realizados pelos municípios, estados e Distrito Federal, conforme dispõe o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011;

XV - O instrumento deverá ser executado em estrita observância ao objeto pactuado, sendo vedado efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Compromisso, salvo se o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

[Handwritten signatures and initials]



XVI - Enquanto não utilizados pelos municípios, estados e Distrito Federal, os recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para essa finalidade, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública federal, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês;

XVII - As aplicações financeiras de que trata o item anterior deverão ocorrer na mesma conta corrente e instituição bancária em que os recursos financeiros foram creditados pelo MEC/FNDE;

XVIII - O FNDE poderá suspender a liberação das parcelas previstas e determinar à instituição financeira oficial a suspensão da movimentação dos valores da conta vinculada do ente federado, caso haja descumprimento deste Termo de Compromisso, até a regularização da pendência e, caso isso não ocorra, o instrumento poderá ser cancelado;

XIX - Indicar profissional devidamente habilitado, da área de engenharia civil ou arquitetura, para exercer as funções de fiscalização da(s) obra(s), com emissão da respectiva Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RTT);

XX - Responsabilizar-se, com recursos próprios, pela implementação de obras e serviços de terraplenagem e contenções, infraestrutura de redes (água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica e telefonia), assim como aqueles necessários à implantação do(s) empreendimento(s) no(s) terreno(s) tecnicamente aprovado(s), uma vez que o valor de responsabilidade do FNDE refere-se exclusivamente aos serviços de engenharia constantes nas planilhas orçamentárias do(s) projeto(s) pactuado(s) e aprovado(s);

XXI - Os projetos padronizados são fornecidos pelo FNDE em nível de projeto básico, cabendo ao ente federado, previamente ao processo licitatório, revisá-los e promover eventuais adaptações, conforme necessidade local, devendo ainda, atualizar a respectiva planilha orçamentária, sem a necessidade de nova análise do FNDE, com exceção de projeto de fundação, que deverá ser submetido à aprovação da Autarquia, bem como alterações significativas no projeto arquitetônico do objeto pactuado, no qual o ente federativo deverá inserir a solicitação no SIMEC, módulo Obras 2.0;

XXII - Realizar licitação para as contratações necessárias à execução da(s) obra(s), obedecendo a legislação federal vigente e as disposições do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, sem prejuízo da observância das normas estaduais, distritais e municipais;

XXIII - Executar a(s) obra(s) no terreno previamente aprovado, não sendo autorizada alteração do local que receberá as benfeitorias, salvo em caso excepcional a ser avaliado e acatado pelo FNDE;

XXIV - Realizar o acompanhamento da execução físico-financeira deste Termo de Compromisso, devendo cientificar o FNDE sobre a aplicação dos recursos e a consecução do objeto, assim como registrar a data prevista para inauguração e início de funcionamento da(s) respectiva(s) unidade(s) escolar(es), por meio do preenchimento de informações e inserção de documentos no módulo Obras 2.0 do SIMEC;

XXV - Garantir, com recursos próprios, a conclusão da(s) obra(s) e sua entrega à população, no caso de o valor de responsabilidade do FNDE se revelar insuficiente;

XXVI - Assegurar e destacar obrigatoriamente a participação do Governo Federal e do FNDE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto pactuado, obedecendo ao modelo-padrão estabelecido, bem como apor a marca do Governo Federal em placas de identificação da(s) obra(s) custeada(s) com os recursos transferidos à conta do PAR, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República;

XXVII - Submeter-se às orientações expedidas pelo Governo Federal acerca das condutas vedadas no período eleitoral;

XXVIII - Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo de Compromisso, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

XXIX - Permitir o livre acesso aos órgãos de controle e à Auditoria do FNDE, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto pactuado;

XXX - Prestar esclarecimentos sobre a execução física e financeira das ações do PAR, sempre que solicitado pelo FNDE, pelas secretarias do Ministério da Educação (MEC), pelos órgãos de controle, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim;

XXXI - Os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão devolver ao FNDE os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas;

XXXII - O FNDE poderá autorizar a utilização dos saldos financeiros remanescentes mediante justificativa fundamentada do ente beneficiário e posterior aprovação pelo setor competente da Autarquia, podendo no caso de construção, reforma e ampliação de unidades escolares, ser utilizados para a execução de serviços não previstos no projeto aprovado, desde que destinados à melhoria do objeto pactuado;

XXXIII - Lavrar o termo de aceitação definitiva da(s) obra(s) e registrá-lo no módulo Obras 2.0 do SIMEC;

XXXIV - Emitir os documentos comprobatórios das despesas em nome do município, do estado ou do Distrito Federal, com a identificação do FNDE e do PAR e arquivar as vias originais em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de vinte anos contados da data da aprovação da respectiva prestação de contas ou do julgamento da Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União (TCU), quando for o caso;

XXXV - O ente federado deverá, por meio do SIMEC, prestar contas dos recursos recebidos, até sessenta dias após o término da vigência deste Termo de Compromisso, de sua rescisão ou da conclusão da execução das ações, conforme previsto no Capítulo X da Resolução CD/FNDE nº 3/2020;

XXXVI - Incluir no orçamento anual do ente federado os recursos recebidos para execução do objeto deste instrumento, conforme dispõe a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XXXVII - Não considerar os valores transferidos no cômputo dos 25% de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

XXXVIII - Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Compromisso, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;



XXXIX - Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso, em atendimento, ainda, às disposições da Resolução CD/FNDE nº 3/2020 e normativos pertinentes à matéria;

XL - Validar este Termo de Compromisso com vistas à consecução do objeto pactuado, utilizando a senha fornecida ao gestor do ente federado, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogáveis por igual período, caso contrário o ato tornar-se-á sem efeito, sendo a respectiva nota de empenho cancelada e a iniciativa arquivada no SIMEC;

XLI - A eficácia deste Termo de Compromisso e de eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União (DOU), que será providenciada no prazo de até vinte dias a contar de sua validação.

XLII - É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Declaro, em complementação, que o ente federado cumpre com as exigências do art. 169 da Constituição Federal, o qual trata dos limites de despesa com pessoal, e que os recursos de sua responsabilidade estão assegurados, conforme Lei Orçamentária.

Brasília/DF, 22 de NOVEMBRO de 2022

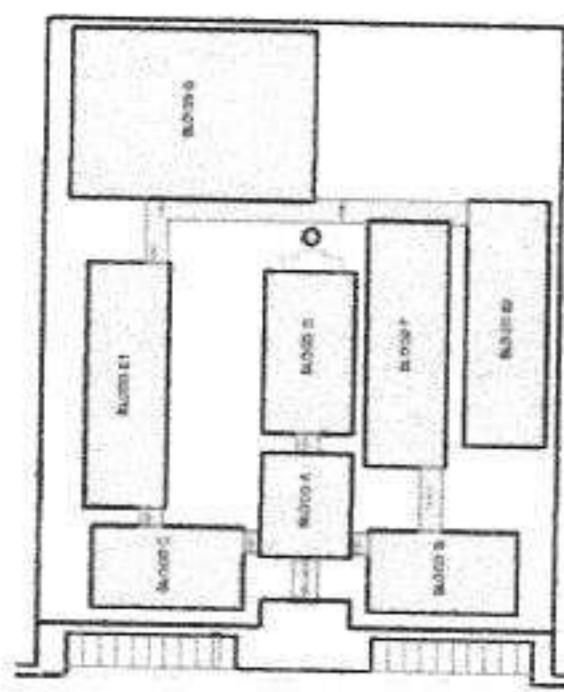
ANA LAIS PEIXOTO CORREIA NUNES - (026.942.683-31)

PM ICO - (07.669.682/0001-79)

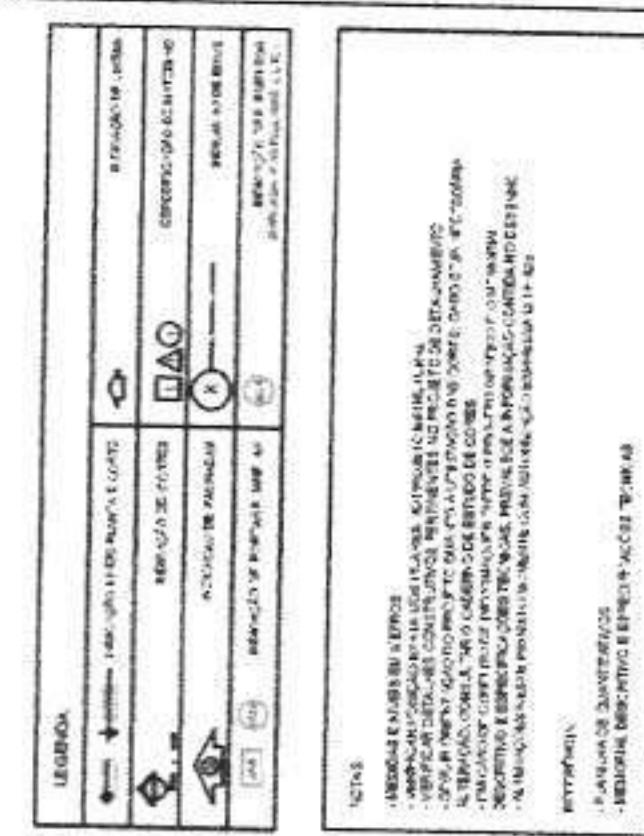
VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado por ANA LAIS PEIXOTO CORREIA NUNES - CPF: 026.942.683-31 em 09/01/2023 14:45:21

+
✓
V



CERCOU DE REFERÊNCIA



**Ministério da
Educação**

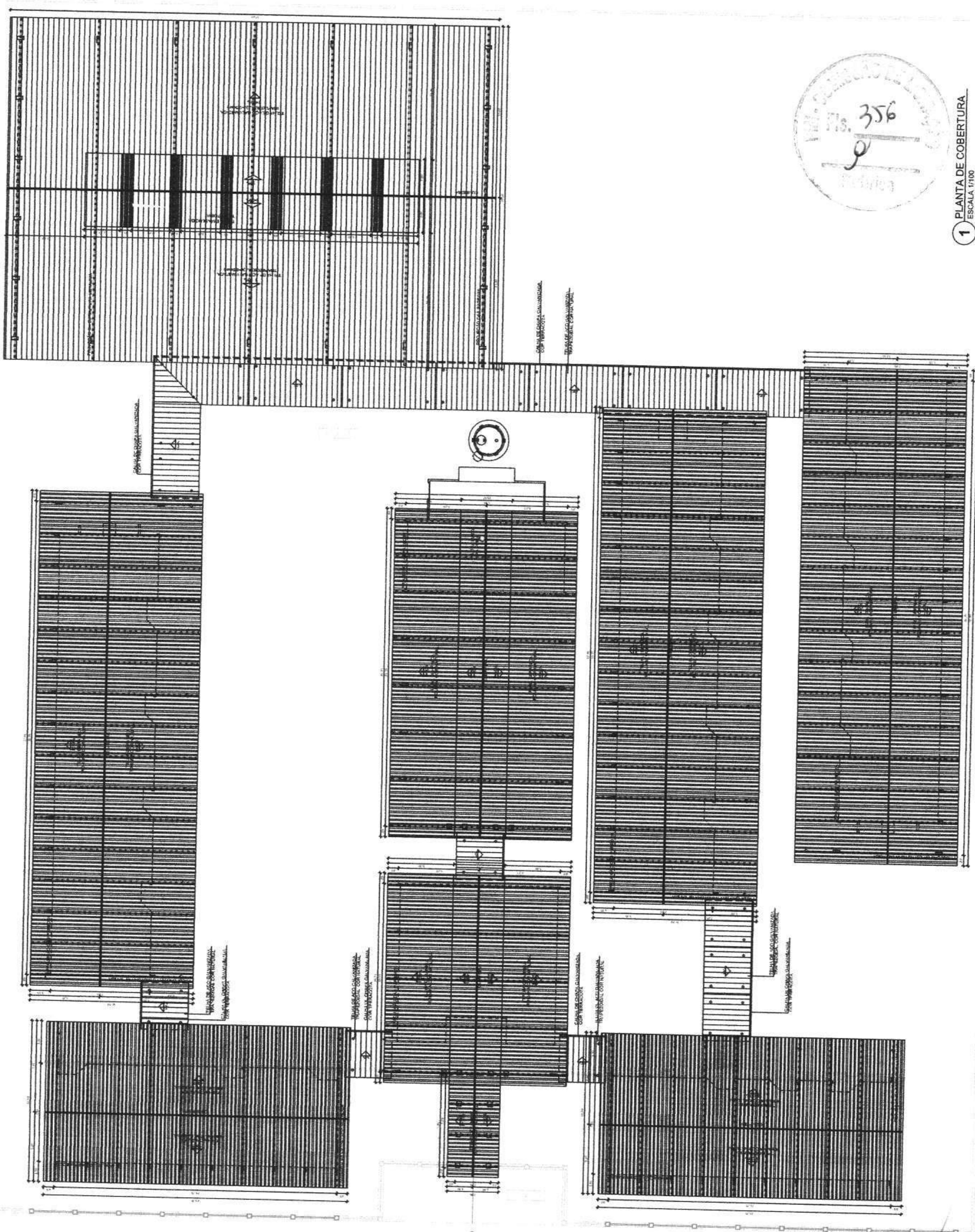
PROJETO PADRÃO - FNDE

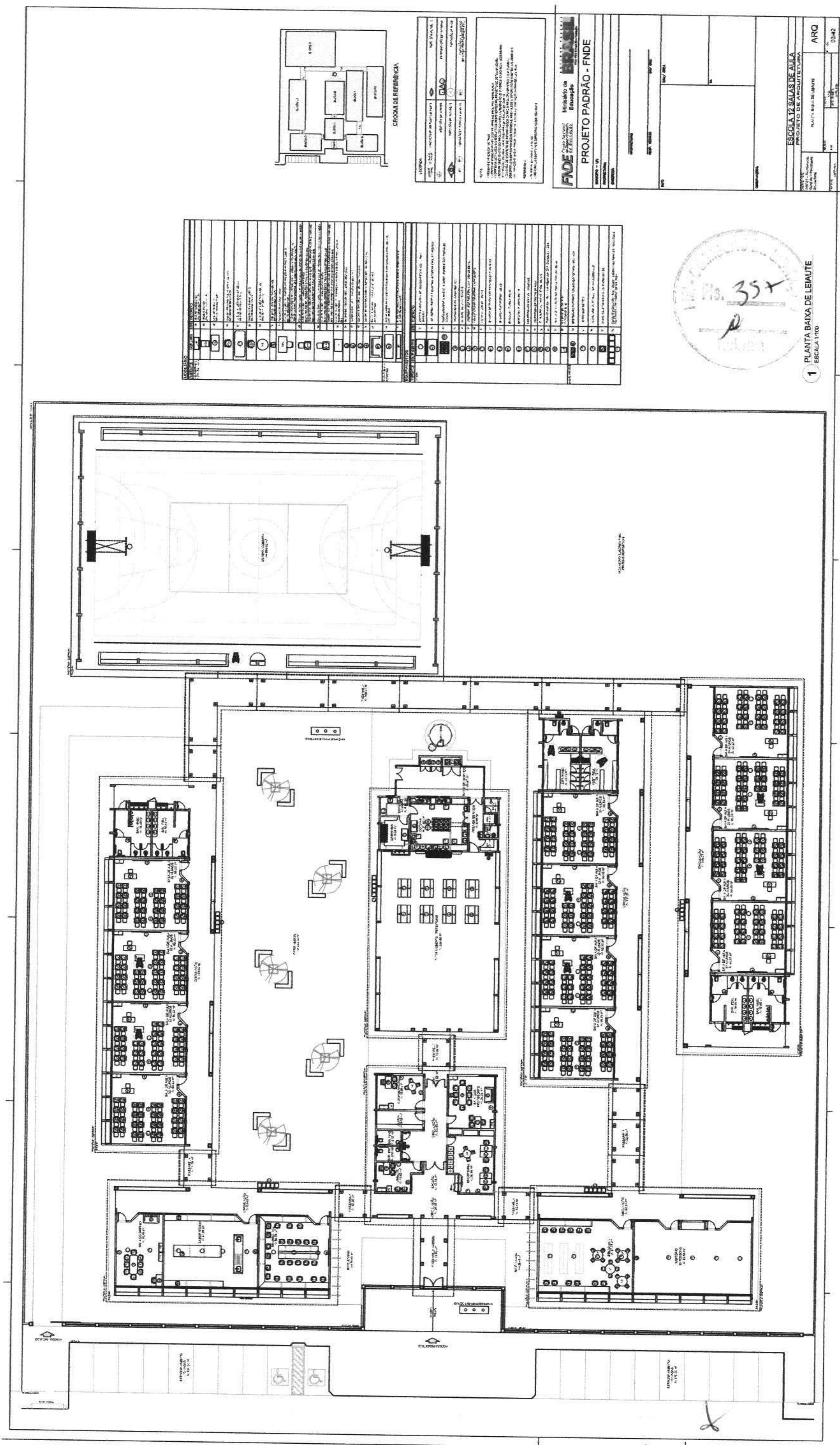
PROPIEDAD - UNICA	ESTRUCTURA	REF. 10000	GRUPO ASESOR	CAMA / CIRCA
PROPIEDAD - UNICA	ESTRUCTURA	REF. 10000	GRUPO ASESOR	CAMA / CIRCA
PROPIEDAD - UNICA	ESTRUCTURA	REF. 10000	GRUPO ASESOR	CAMA / CIRCA
PROPIEDAD - UNICA	ESTRUCTURA	REF. 10000	GRUPO ASESOR	CAMA / CIRCA
PROPIEDAD - UNICA	ESTRUCTURA	REF. 10000	GRUPO ASESOR	CAMA / CIRCA

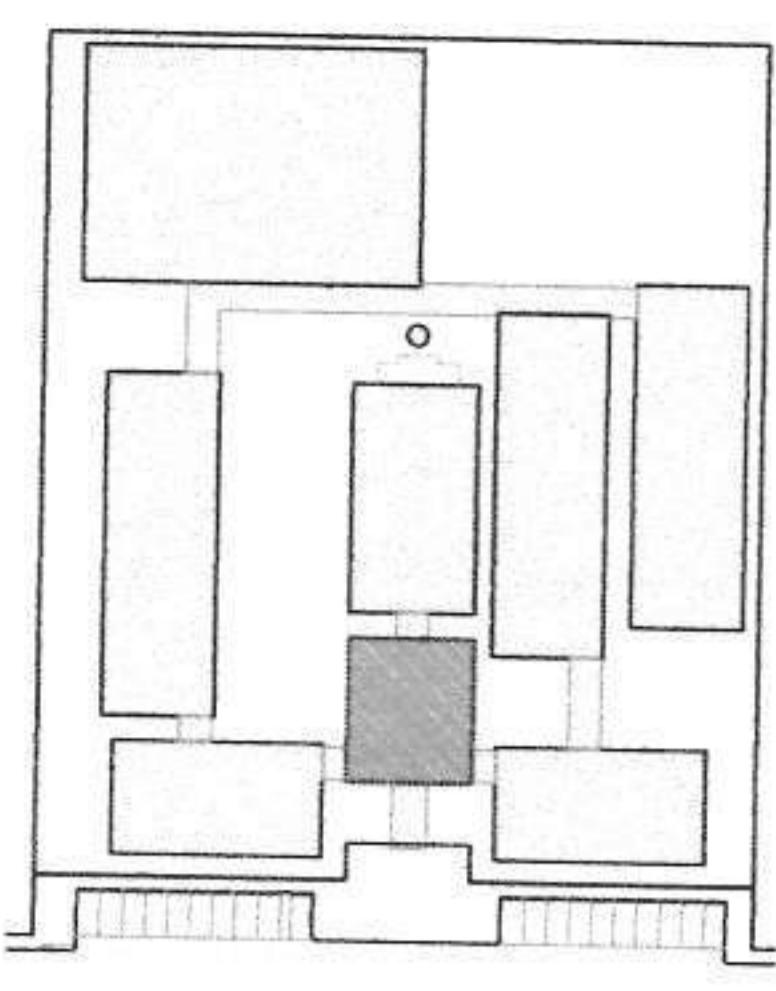
ESCOLA 12 SALAS DE AULA	PROJETO DE ARQUITETURA	PLANTA DE COBERTURA	ARQ
COBERT - Construção Sala de Administração Gabinete	10-10-1	10-10-1	0642



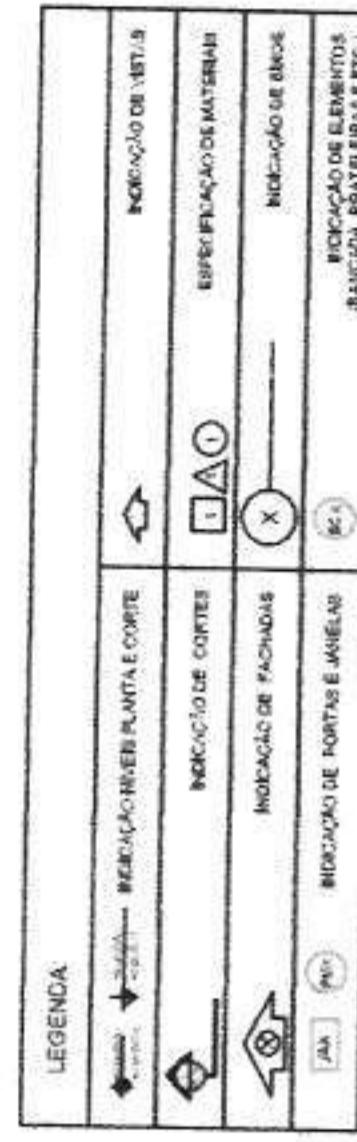
PLANTA DE COBERTURA
1 ESCALA 1/100







CROQUI DE REFERÊNCIA

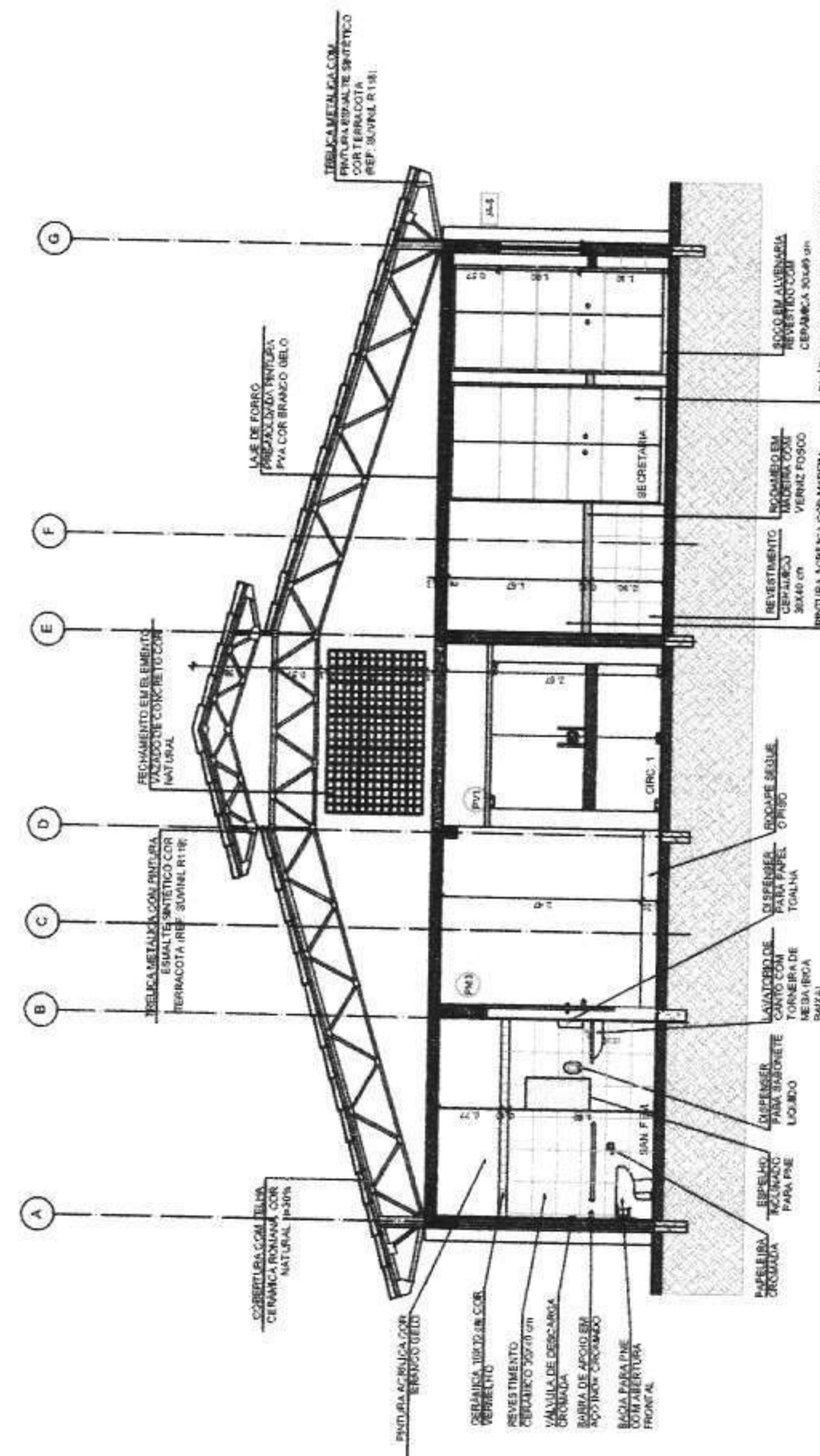
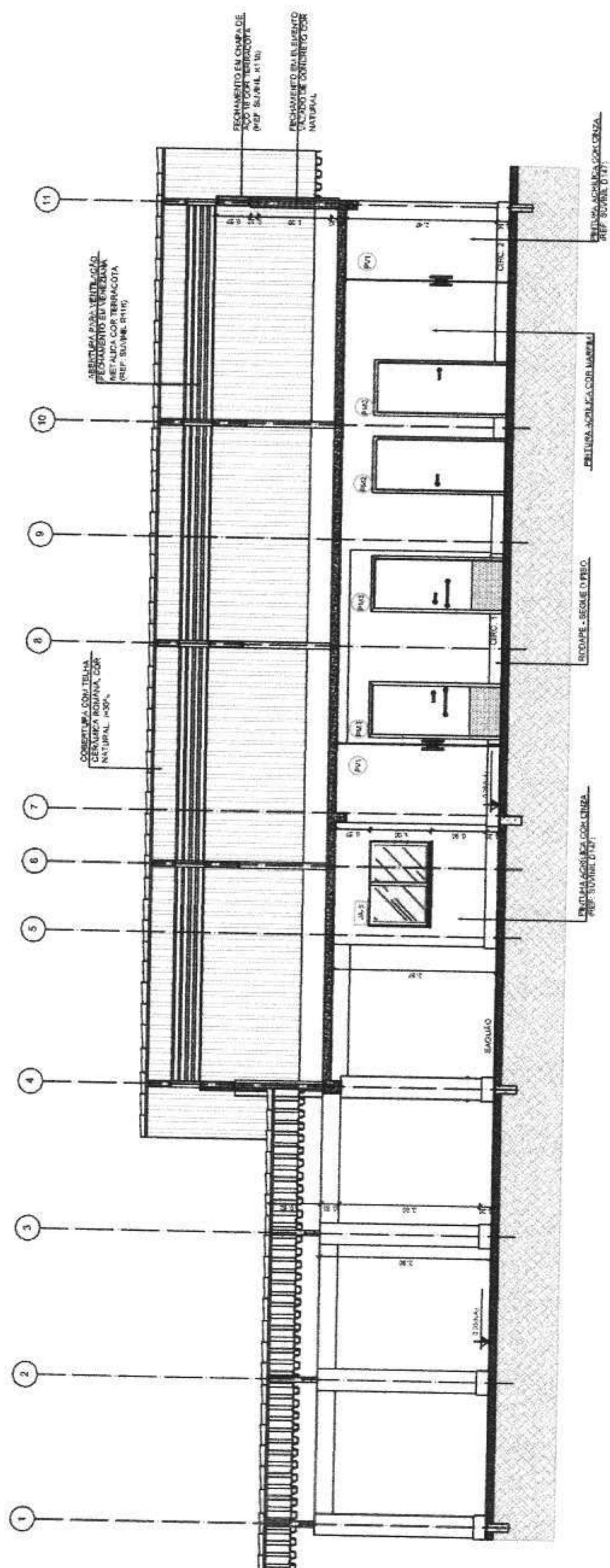


NOTAS

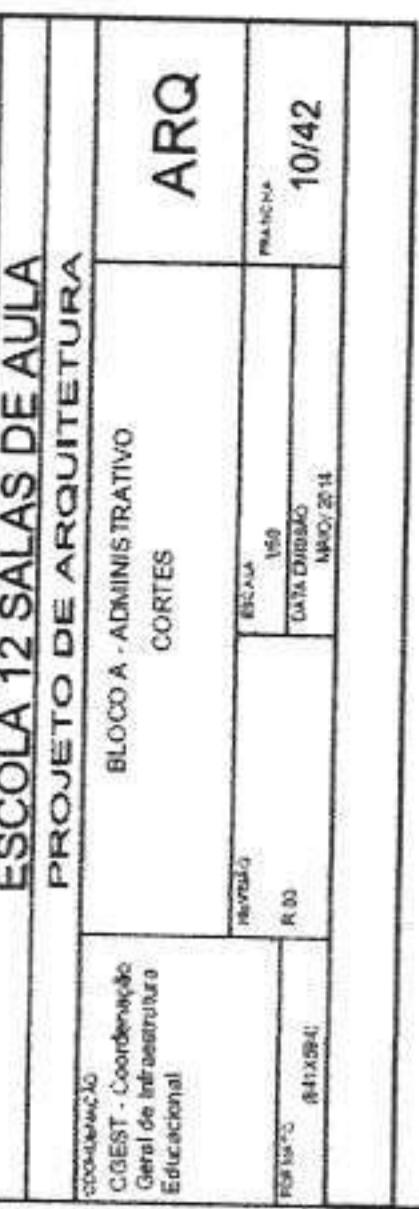
- MEDIRAS NIVELIS EM METROS
- VERIFICAR POSIÇÃO EXATA DOS PILARES NO PROJETO ESTRUTURAL
- VERIFICAR DETALHES CONSTRUTIVOS PERTINENTES NO PROJETO DE DETALHAMENTO
- SEGUIR ORIENTAÇÃO DO PROJETO QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS CORES. CASO SEJA NECESSÁRIA ALTERAÇÃO, CONSULTAR O CADERNO DE ESTUDO DE CORES
- EM CASO DE CONFLITO DE INFORMAÇÕES ENTRE O PROJETO GRÁFICO E O MEMORIAL DESCRIPTIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PREVALECE A INFORMAÇÃO CONTIDA NO DESCRITIVO
- ALTERAÇÕES NESTE PROJETO SOMENTE COM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO FINEC

CORTE A-A
ESCALA 1/50

CORTE A-A
ESCAIA 1/50



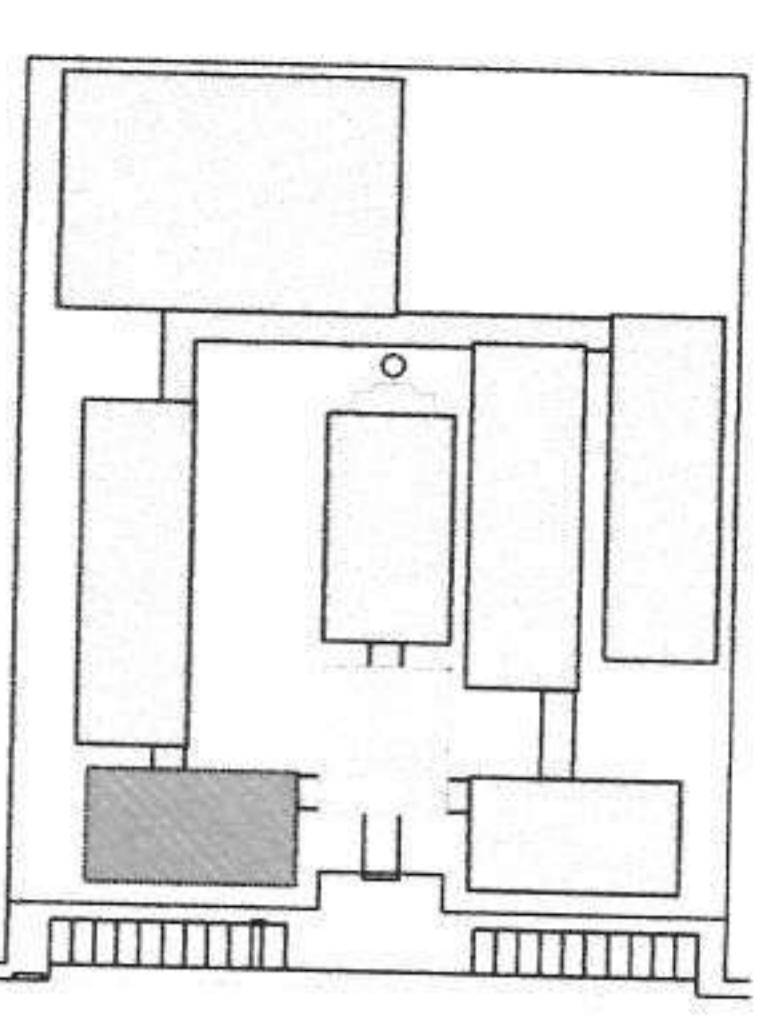
CORTE B-B
2 ESCALA 1/50



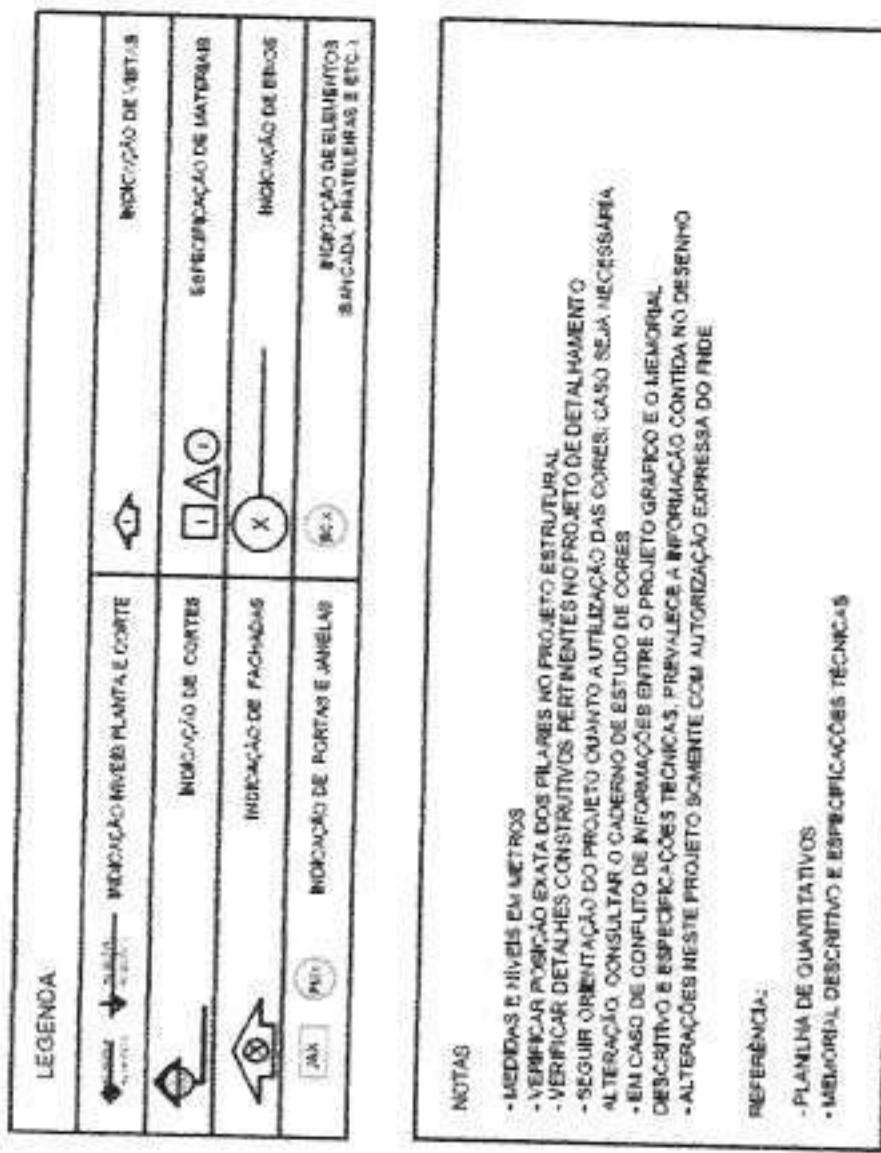
ESCOLA 12 SALAS DE AULA
PROJETO DE ARQUITETURA

PROJETO DE LEI DE BLOCO A - ADMINISTRATIVO
CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA
ARQ

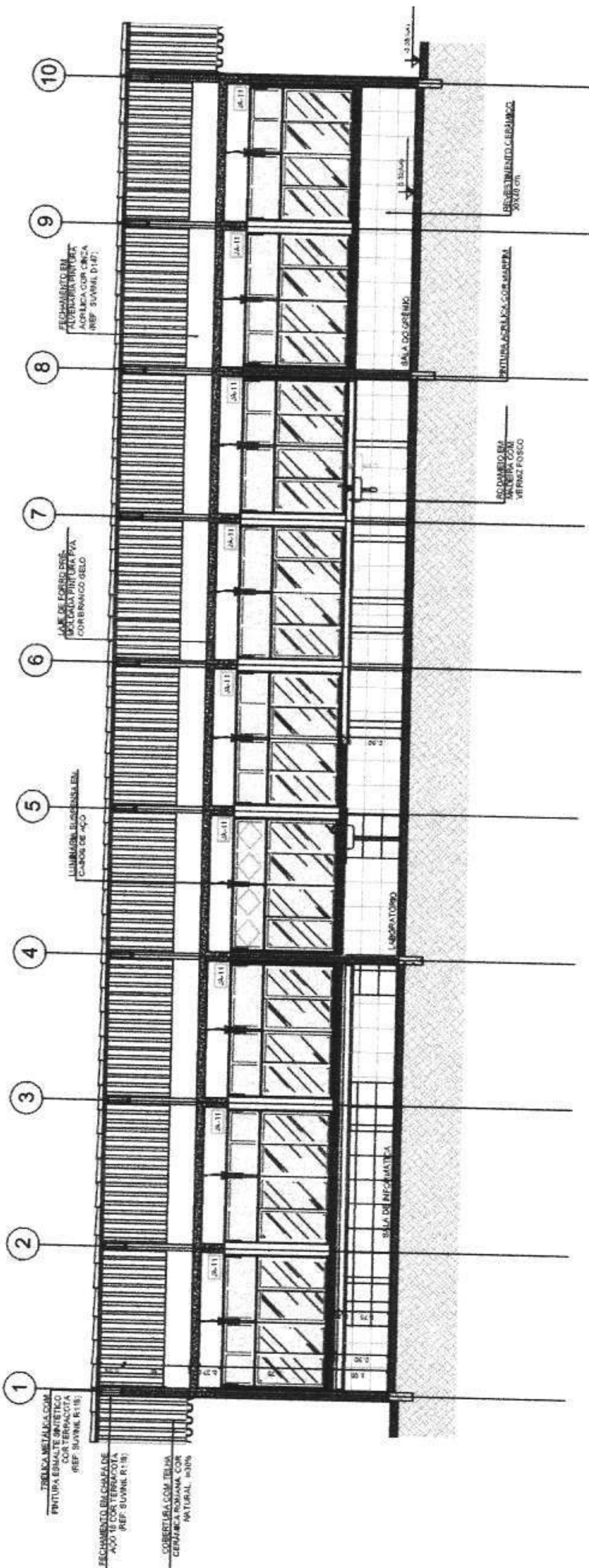
1042



CROQUI DE REFERÊNCIA

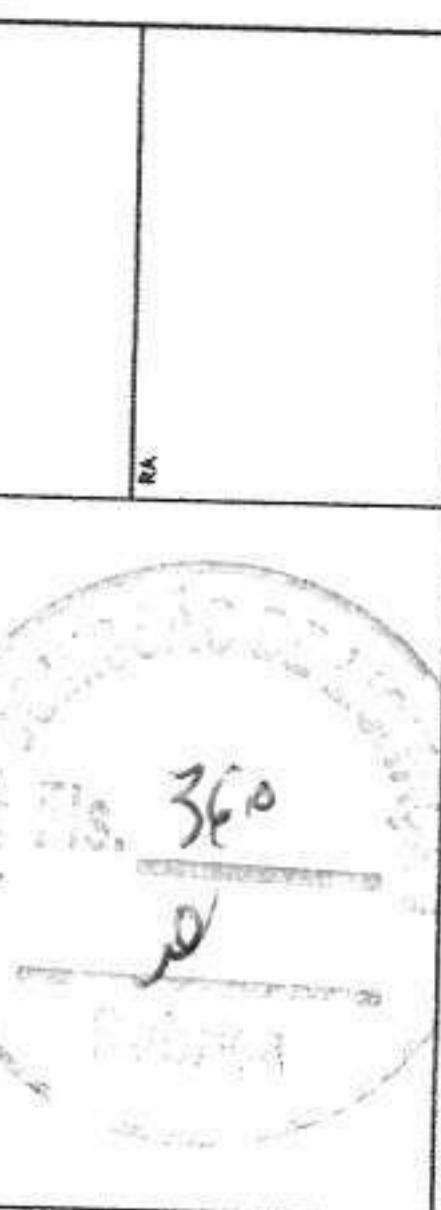


1 CORTE A-A
ESCALA 1/50

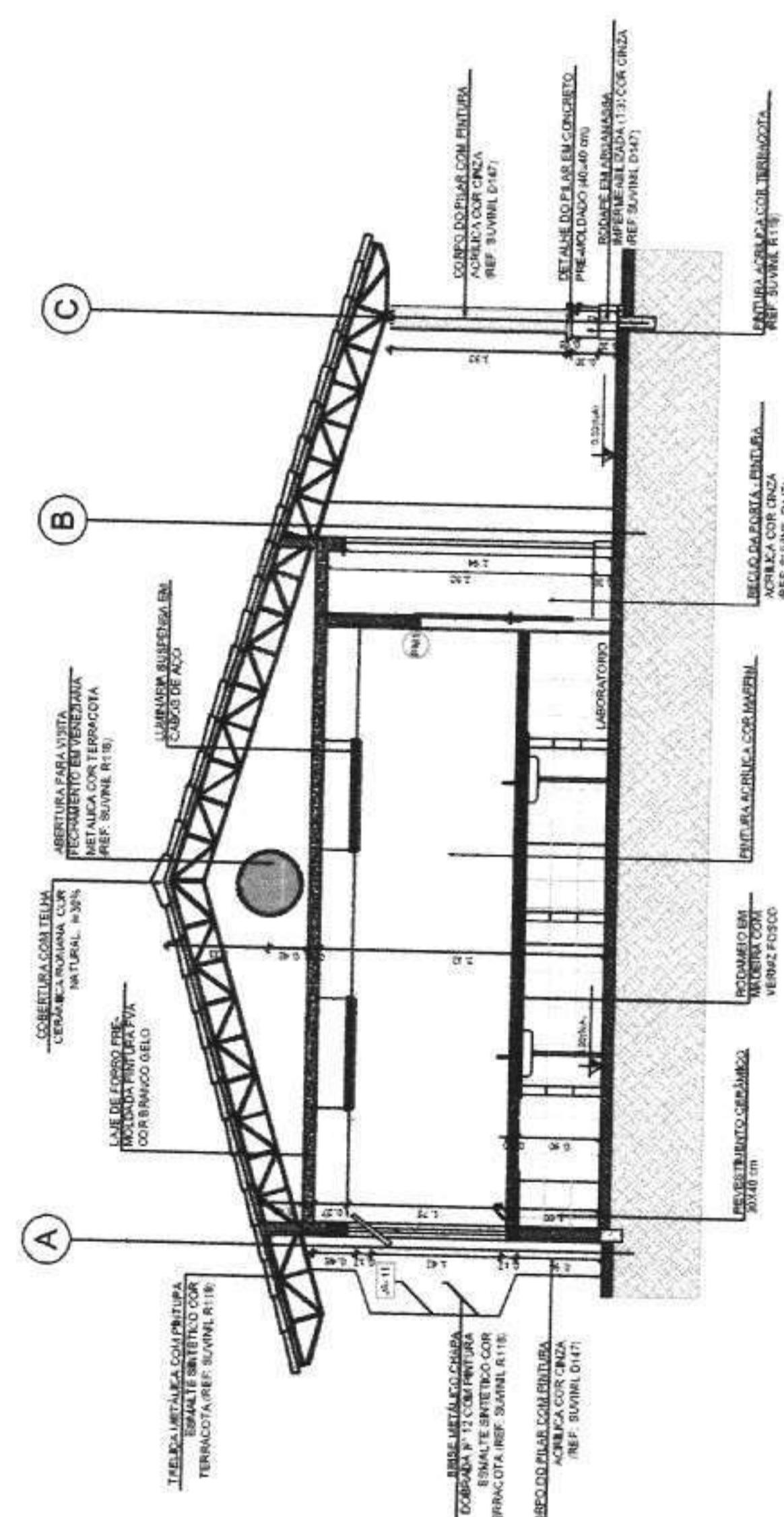


PROJETO PADRÃO - FNDE

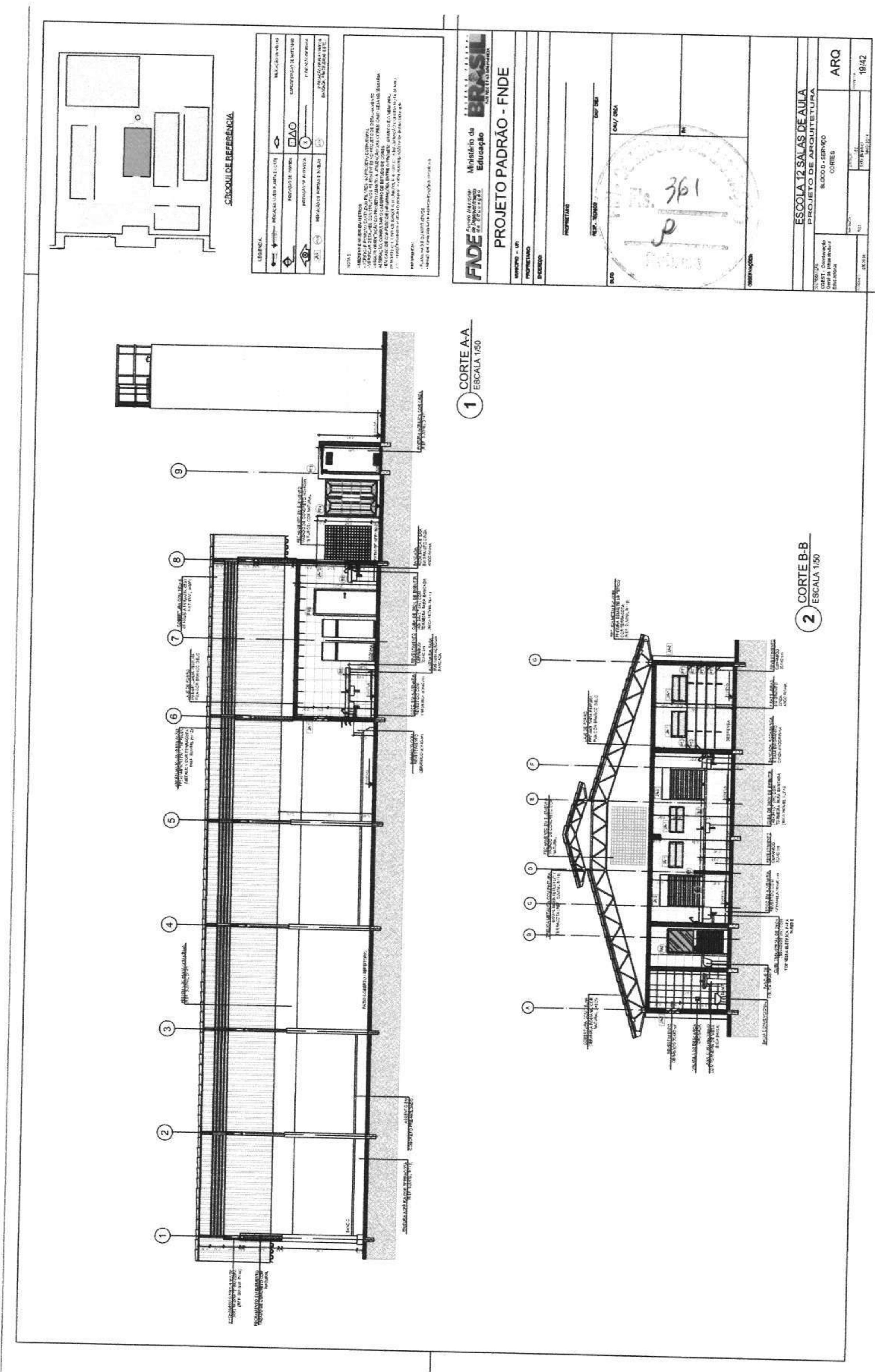
MUNICÍPIO - UF:	SOUVENIR	Ministério da Educação	S E V E R O P E R E I R A
PROPRIÉTARIO:			
DIRETORIA:			
PROPRIÉTARIO:			
RESP. TÉCNICO:			
DATA:		CNA / CREM	

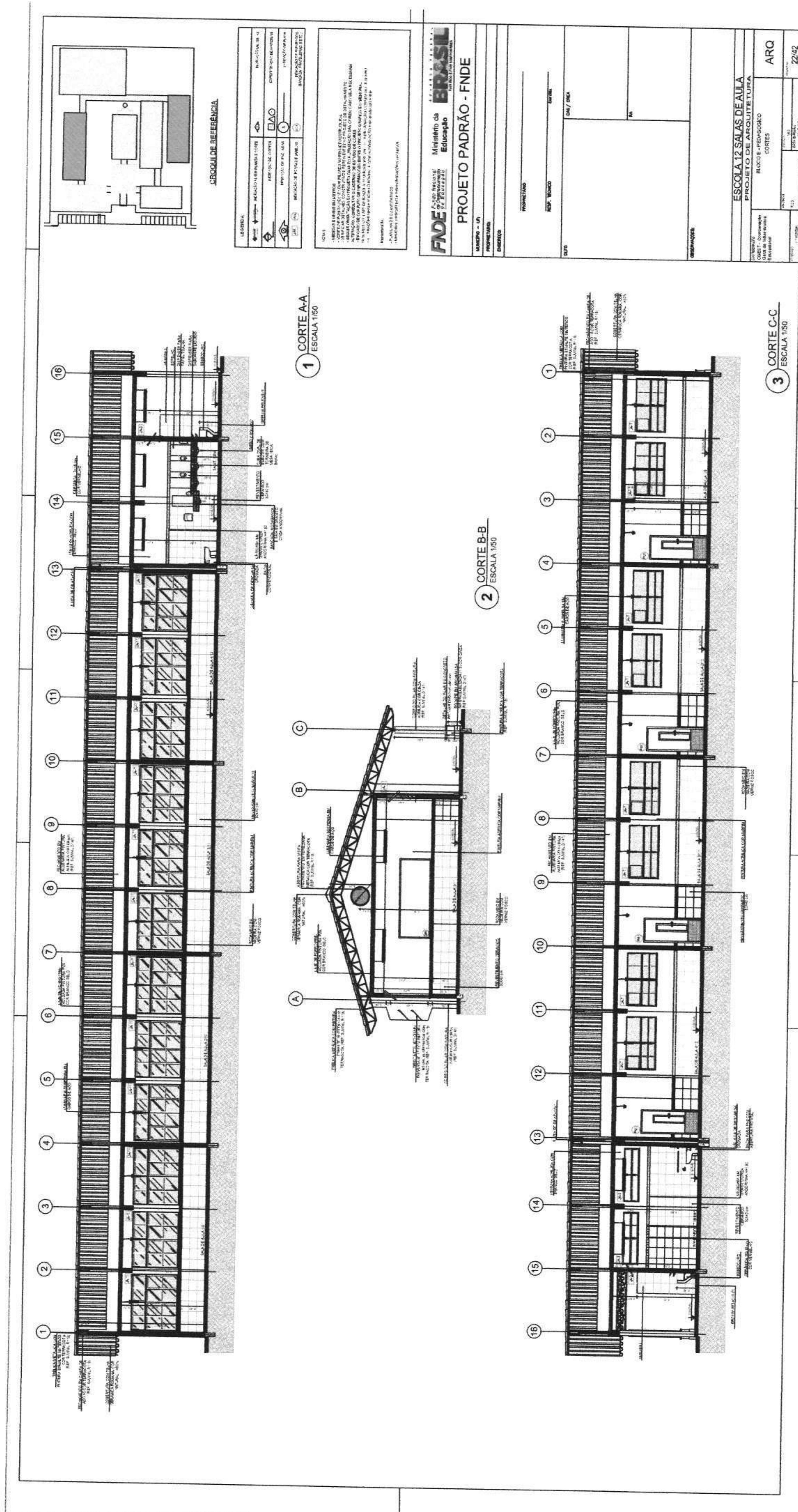


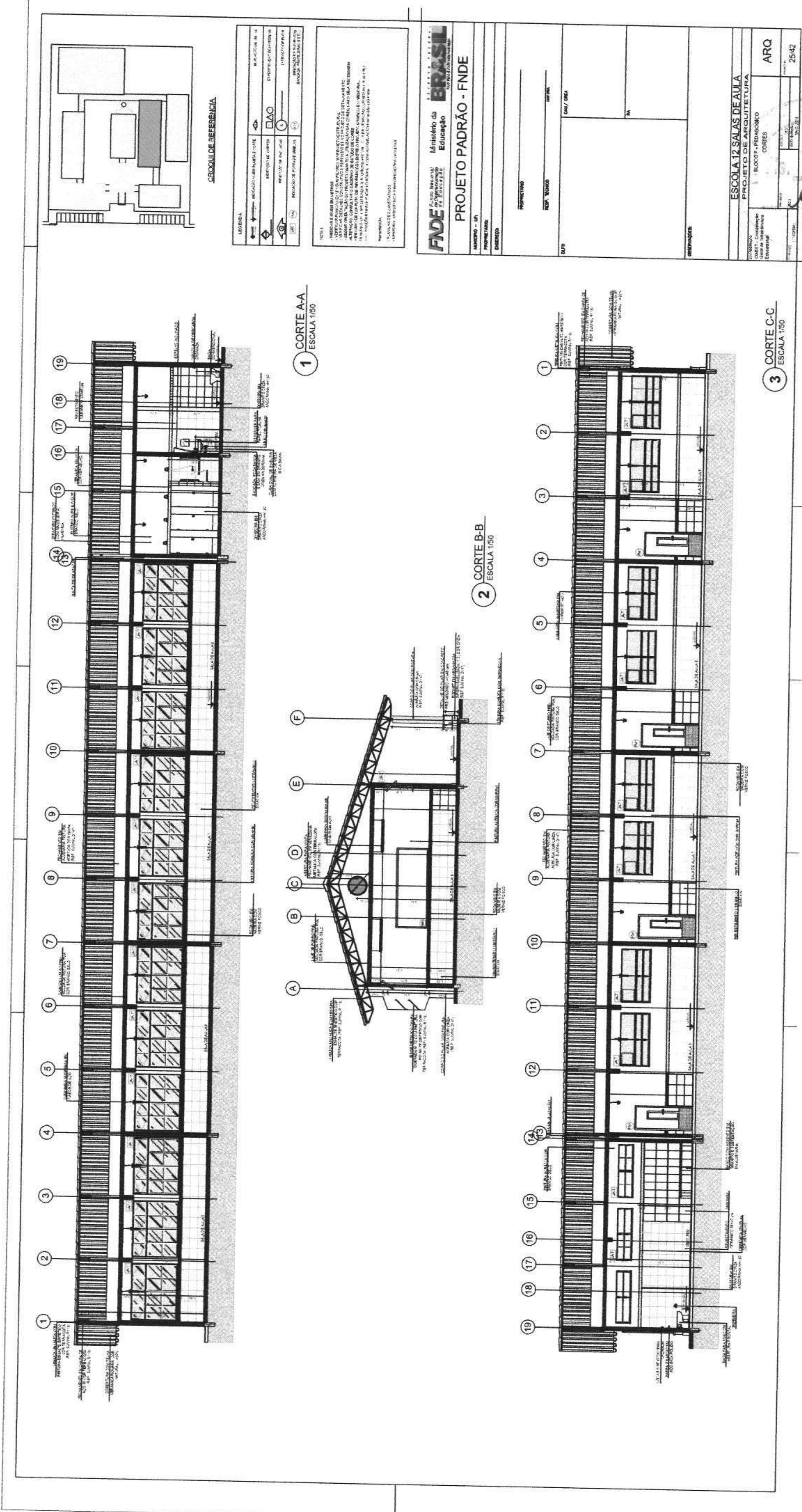
2 CORTE B-B
ESCALA 1/50

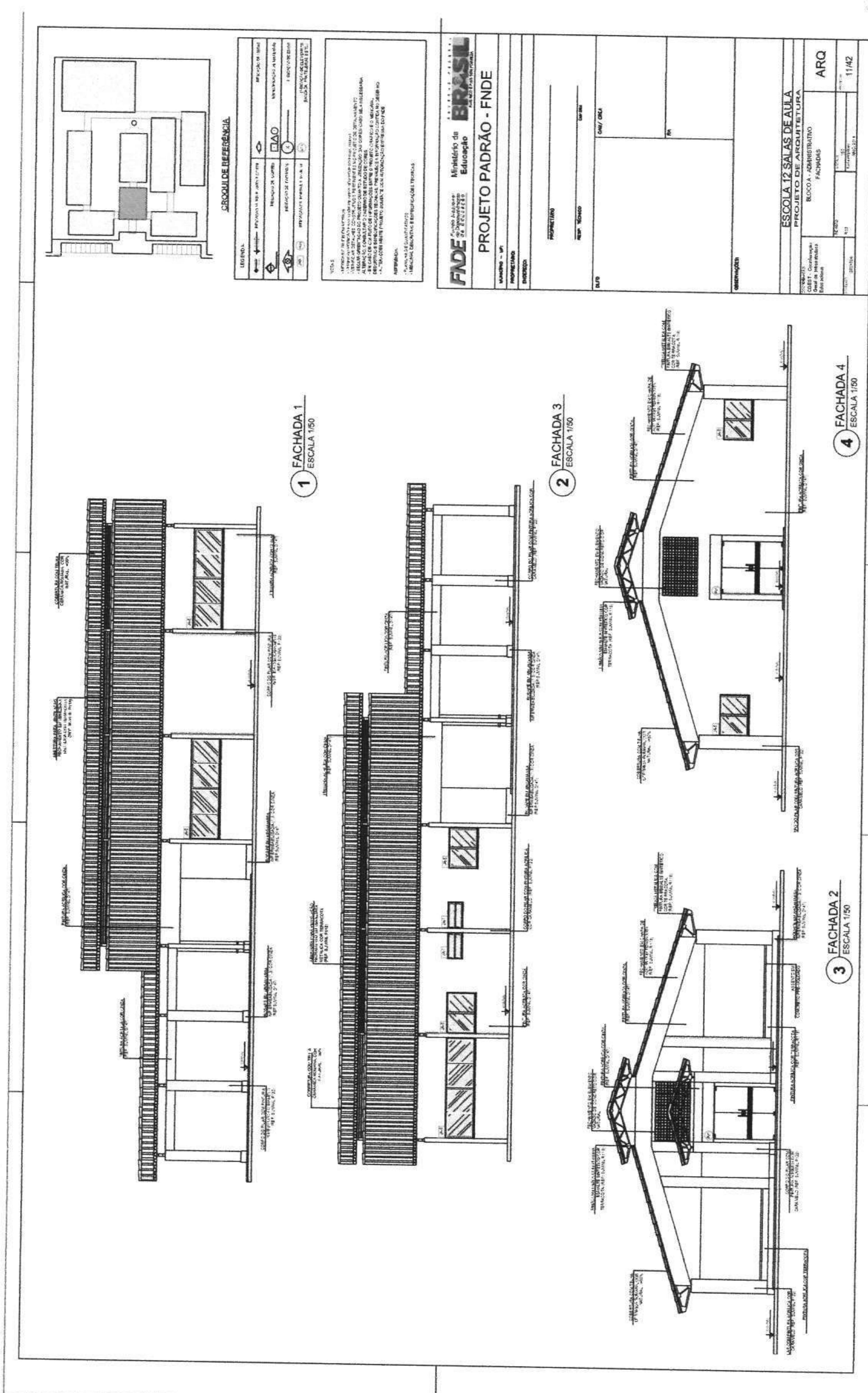


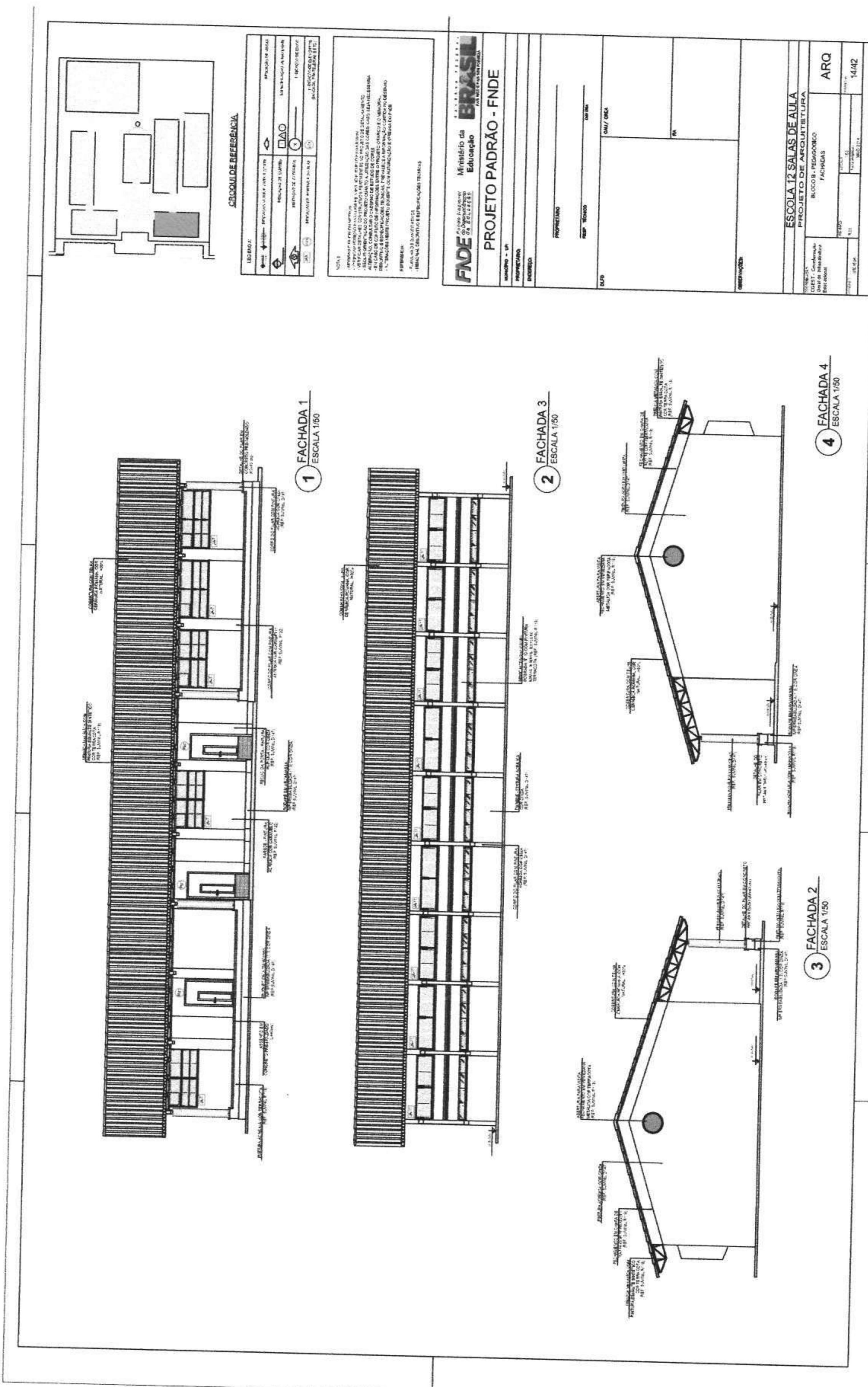
CONCESSIONÁRIO:	CDEST - Conselho Estadual de Desenvolvimento Educacional	PROJETO DE ARQUITETURA:	ESCOLA 12 SALAS DE AULA
BLOCO C - PEDAGÓGICO	CORTES		
PROJETO:	R.03	DATA: MARÇO 2014	PÁGINA: 16/42

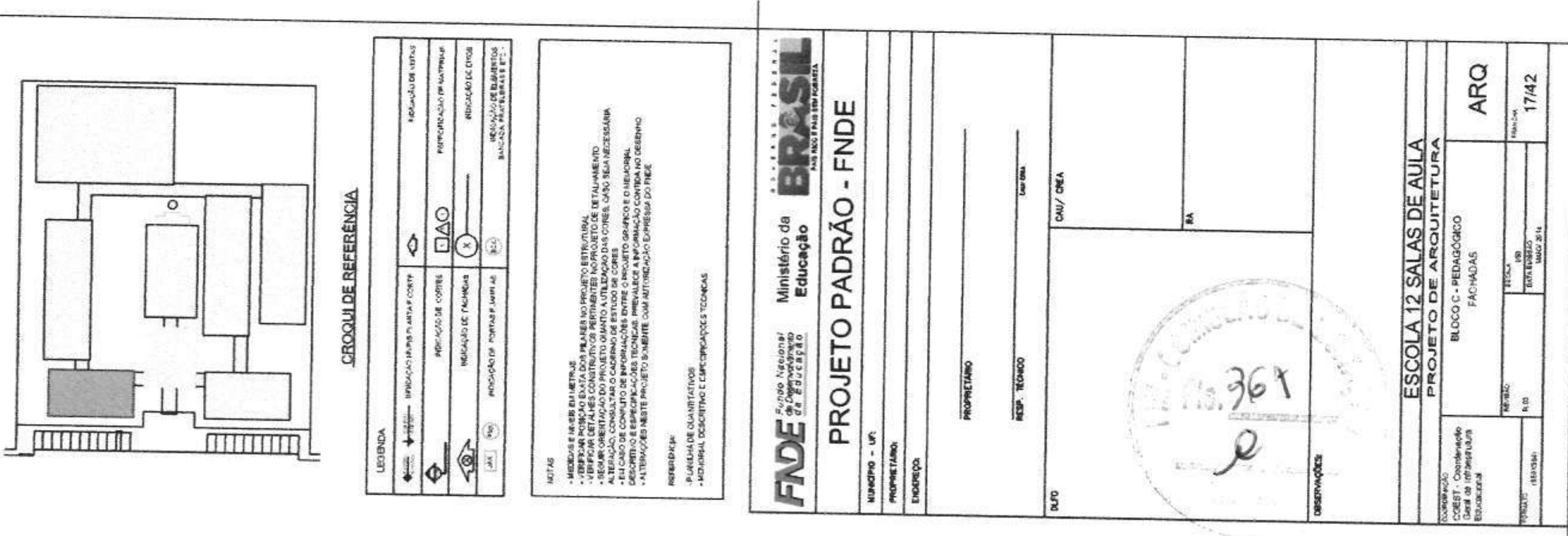
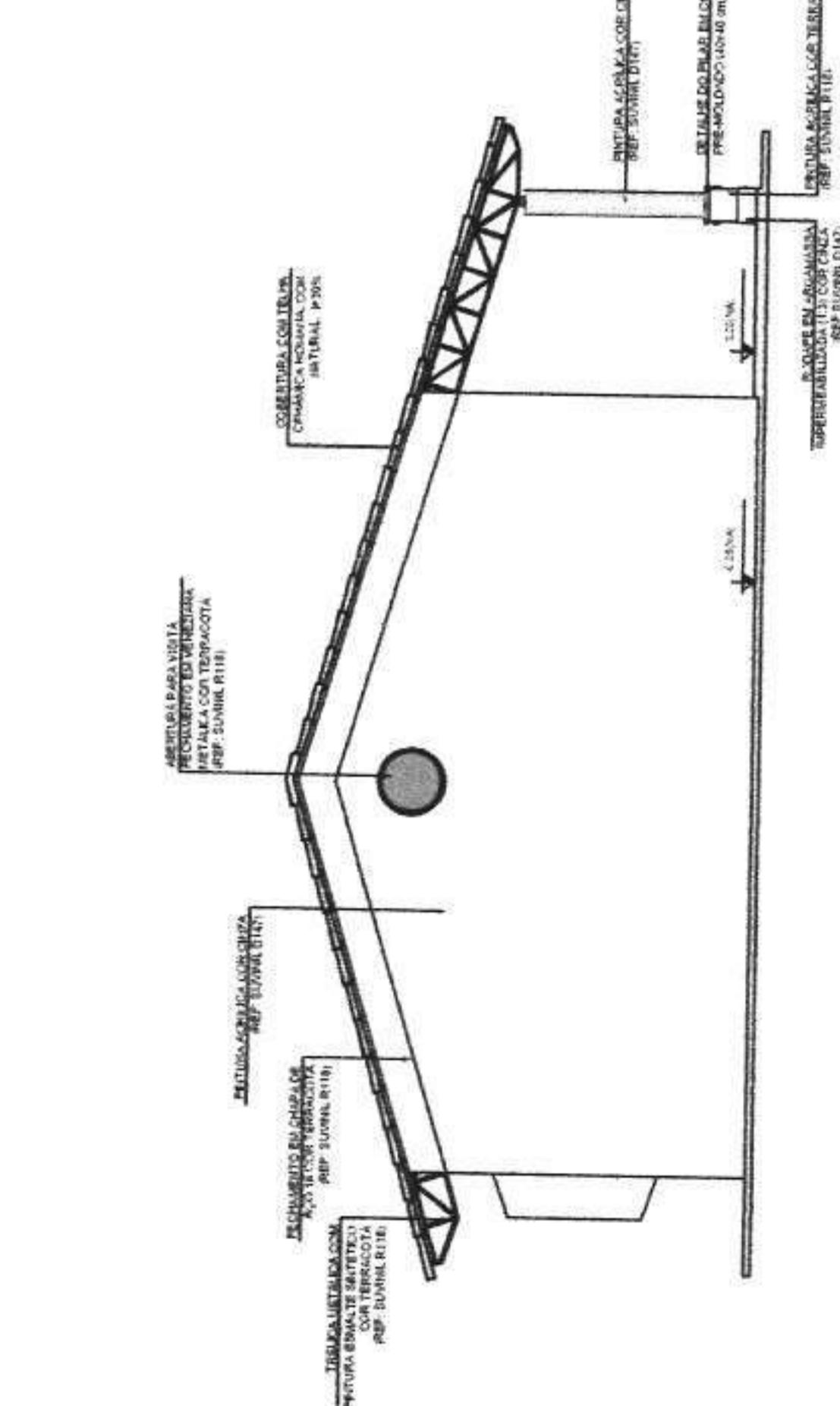
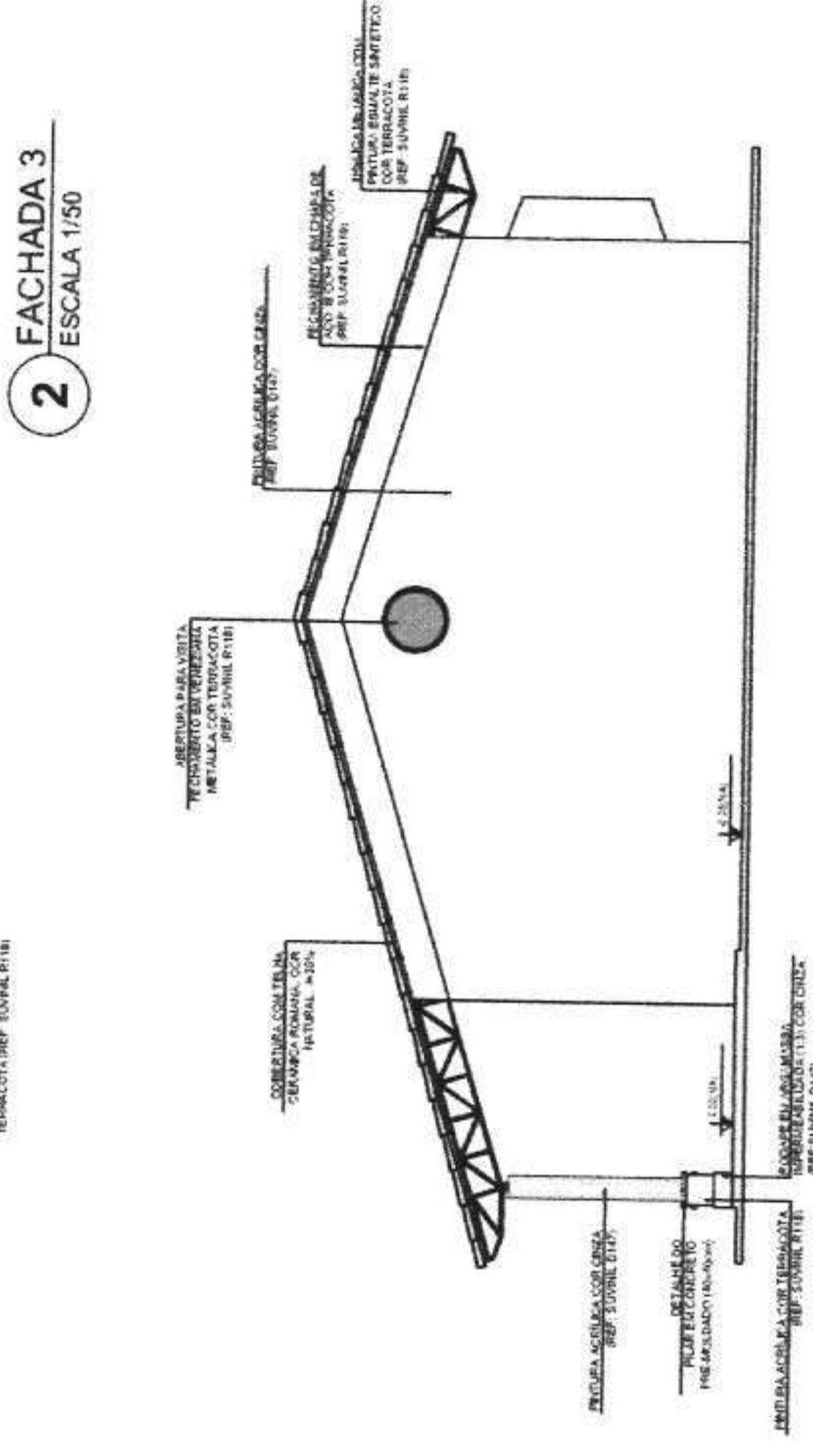
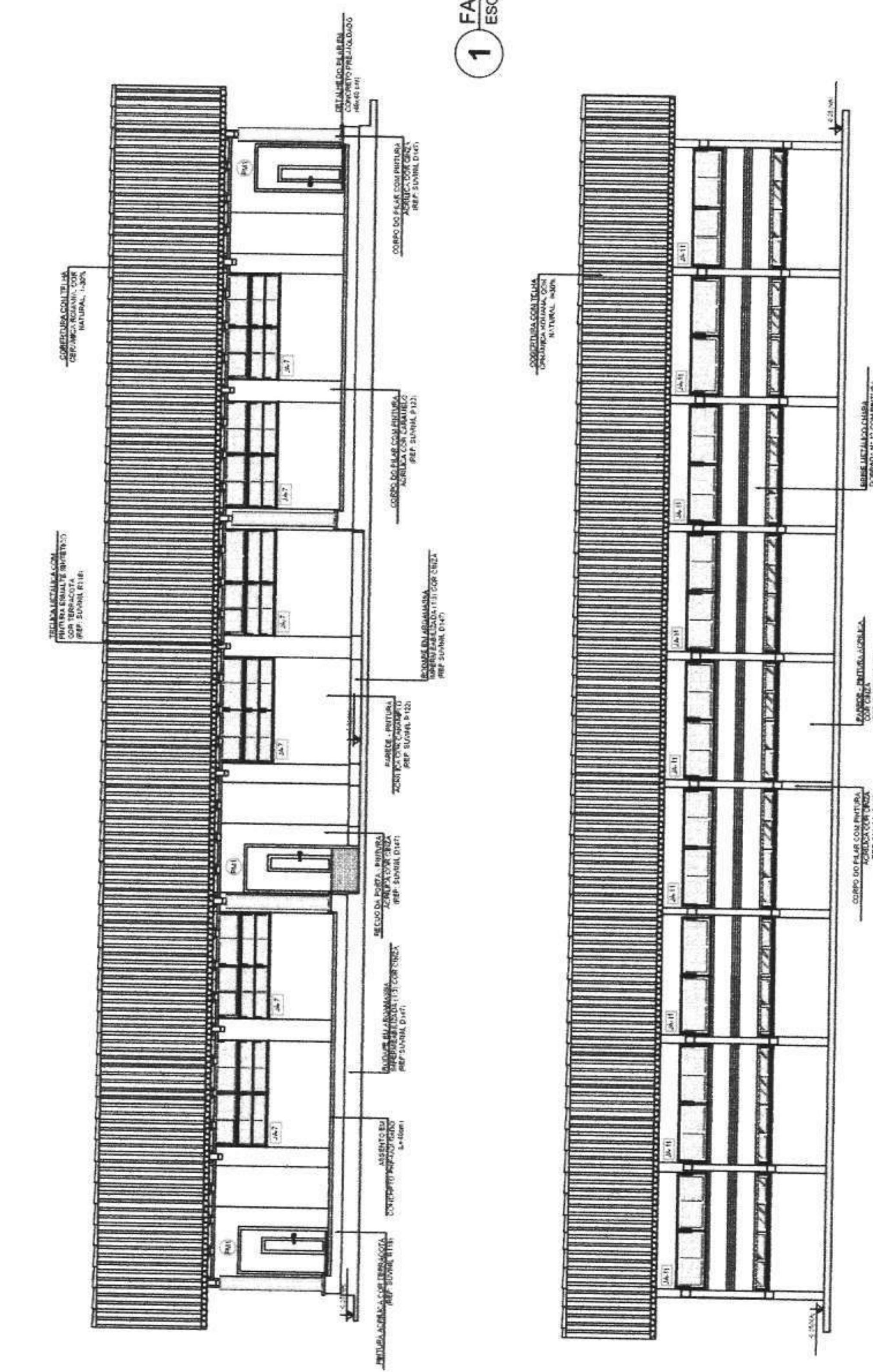


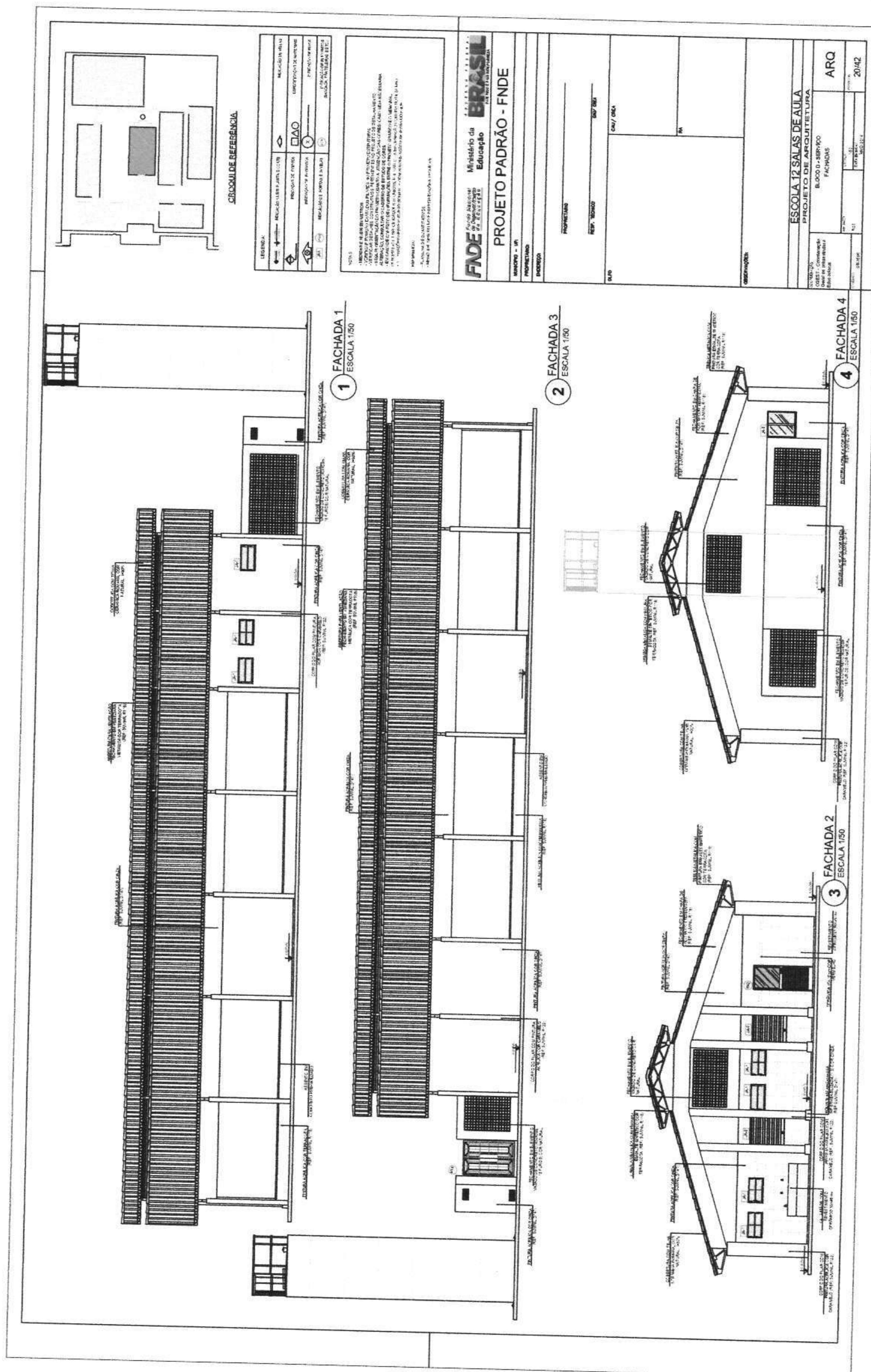


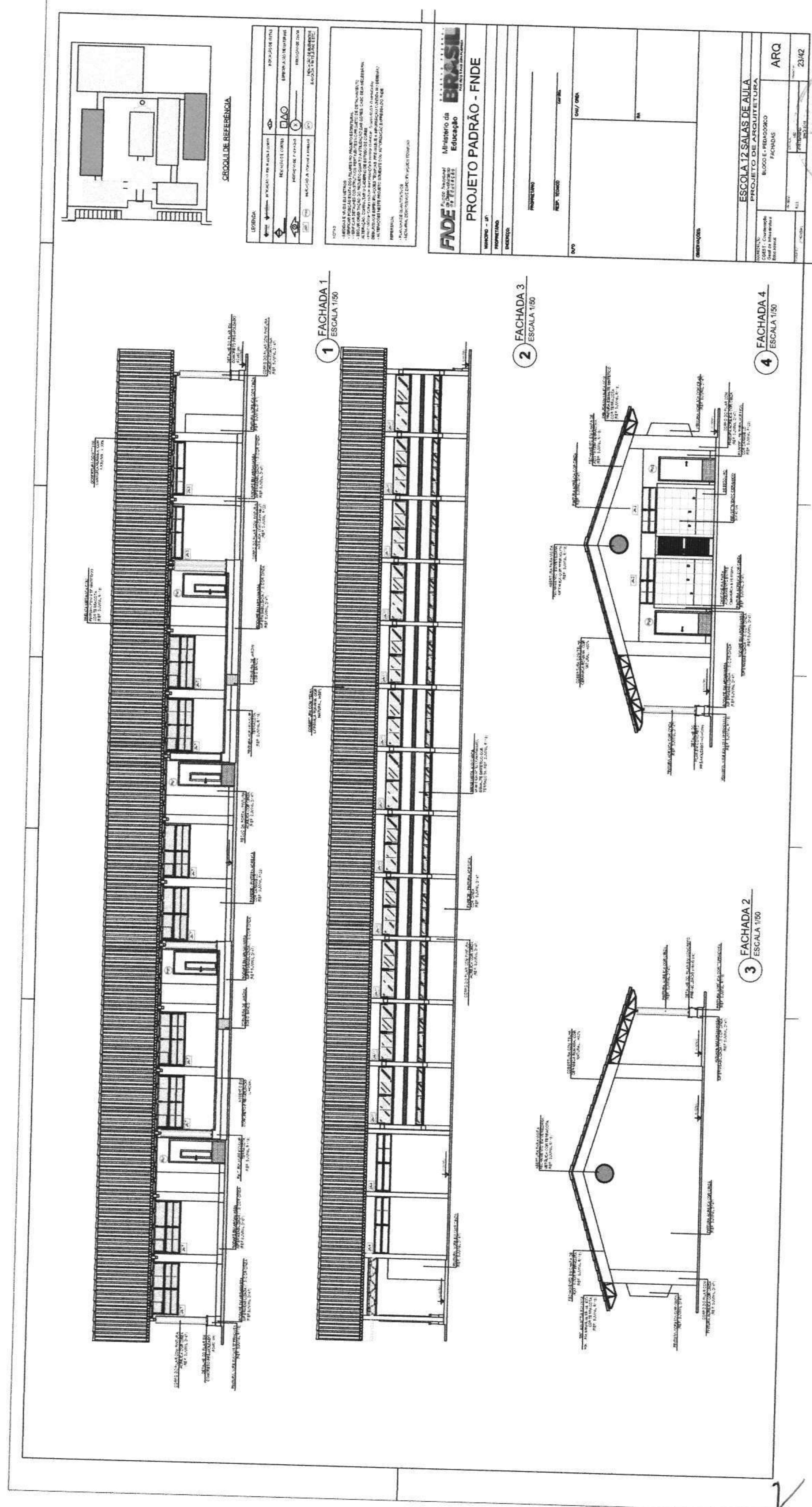


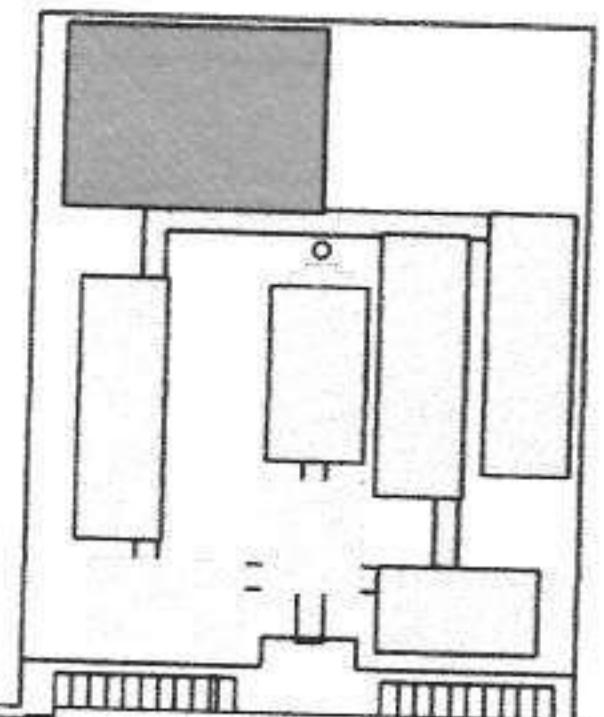
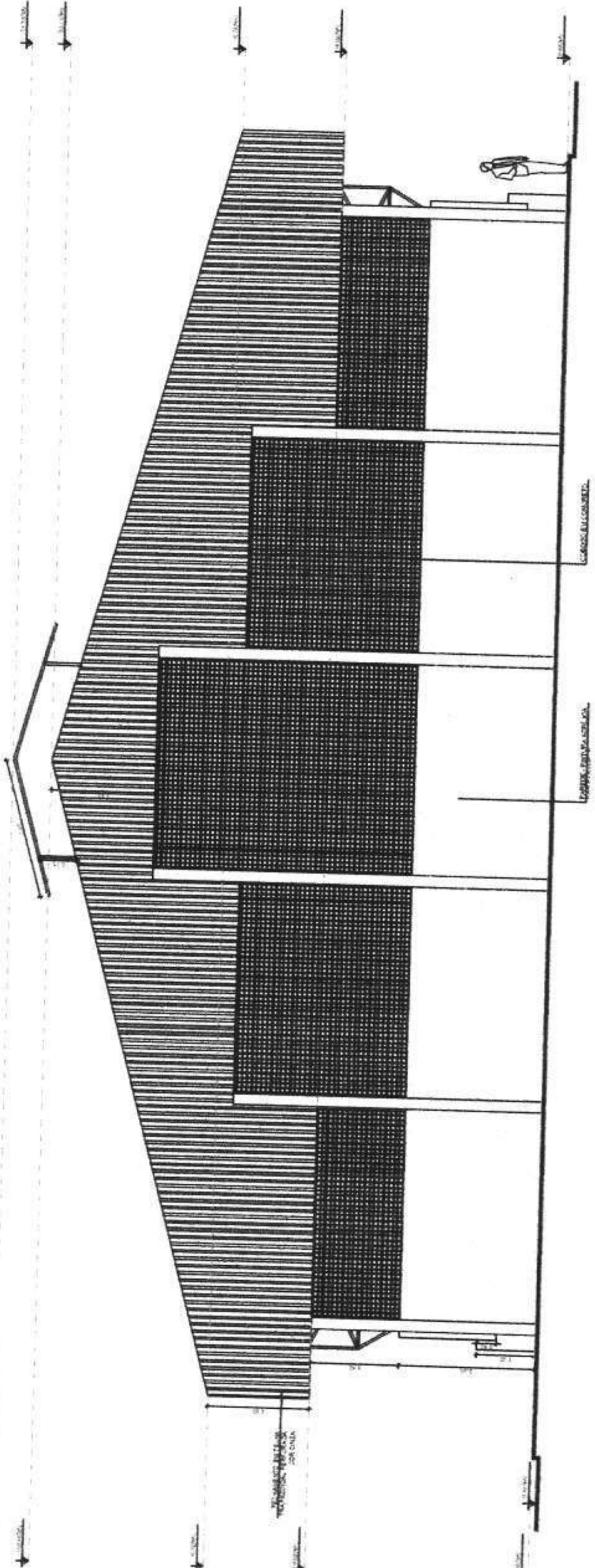
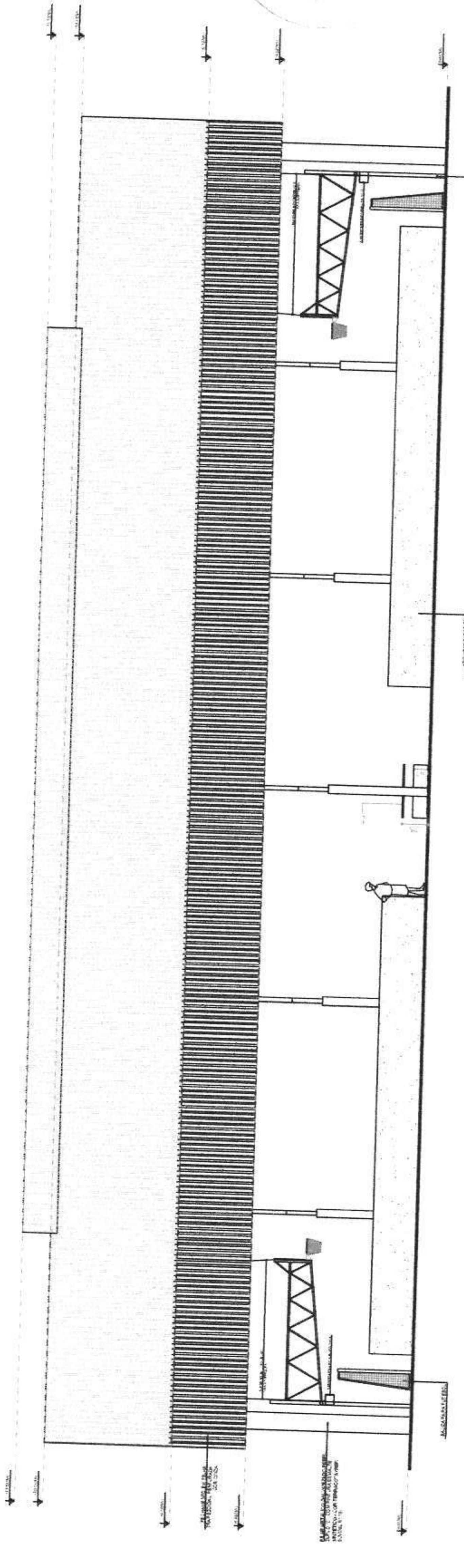










 <p>CROQUI DE REFERENCIA</p>	<p>LEGBDA</p> <table border="1"> <tr><td>REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS</td><td>REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS</td></tr> <tr><td>REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS</td><td>REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS</td></tr> <tr><td>REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS</td><td>REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS</td></tr> <tr><td>REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS</td><td>REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS</td></tr> </table> <p>NOTA 1</p> <p>- REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS: A rede de drenagem de águas pluviais deve ser dimensionada para suportar o volume de água que cai no período de 24 horas com intensidade média de 100 mm/h. O sistema deve ser capaz de drenar a água da chuva de forma eficiente, sem causar erosão ou poluição.</p> <p>- REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS: A rede de drenagem de águas residuais deve ser dimensionada para suportar o volume de água que cai no período de 24 horas com intensidade média de 100 mm/h. O sistema deve ser capaz de drenar a água da chuva de forma eficiente, sem causar erosão ou poluição.</p> <p>- ALTO: 1,50m</p> <p>- LARGURA: 10,00m</p> <p>- PROFUNDIDADE: 1,00m</p>	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS	<p>FNDE Ministério da Educação BRAZIL PROJETO PADRÃO - FNDE</p> <p>PROJETO PADRÃO - FNDE</p> <p>NÚMERO - 14 PROPRIETÁRIO: ENDERECO: FONE: (0xx) 0000-0000 E-MAIL: DATA: 00/00/0000</p> <p>1 FACHADA 1 ESCALA 1/50</p> 	<p>ESCOLA 12 SALAS DE AULA</p> <p>PROJETO DE ARQUITETURA</p> <p>QUADRA COBERTA PÁTIO ABERTO</p> <p>ARQ</p> <p>2 FACHADA 2 ESCALA 1/50</p> 
REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS										
REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS										
REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS										
REPÓSIO DE ÁGUAS PLUVIAIS	REPÓSIO DE ÁGUAS RESIDUAIS										
<p>ESCOLA 12 SALAS DE AULA</p> <p>PROJETO DE ARQUITETURA</p> <p>QUADRA COBERTA PÁTIO ABERTO</p> <p>ARQ</p> <p>28/42</p>											

